

Recorde de abstenção nas eleições acende debate sobre voto obrigatório

O segundo turno das eleições municipais, no último domingo (29/11), registrou o recorde de 29,5% de eleitores ausentes. O número supera os 23,1% do primeiro turno e os 21,6% de 2016.

Reprodução



Reprodução

O pleito de 2020, sem dúvidas, foi atípico. O receio de se deslocar para votar em meio à crise da Covid-19 se somou à desatualização dos cadastros no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que não computou óbitos ou mudanças de domicílio. Ainda assim, o crescimento da abstenção já era esperado.

Vinte anos atrás, em 2000, a taxa foi de 16,2%. Desde então, o aumento foi gradual. Isso tende a se manter, graças à implantação, neste ano, do aplicativo *e-Título*, que facilita a justificativa de ausência por meio digital.

O eleitor que não justifica a ausência no prazo de 60 dias pode perder o direito de participar de concursos públicos, tirar passaporte ou se matricular em instituições de ensino. Mas apenas se deixar de pagar multa, cujo valor máximo é de R\$ 3,51 — em alguns casos, menos do que seria gasto para se deslocar até a urna.

A alta de abstenções e a facilidade em deixar de votar sem sofrer grandes consequências levantam o debate sobre a obrigatoriedade do voto no Brasil. O próprio decano do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mello, ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, enxerga a regra como um paradoxo à cidadania.

"O ato de participar do processo democrático deve ser voluntário, quer apresentando-se como candidato, quer comparecendo e sufragando este ou aquele nome. Que se atribua responsabilidade maior às pessoas e elas corresponderão buscando, de forma consciente, o melhor", afirmou ao site "[Direito Global](#)".

Mas há também quem discorde de que os índices de abstenção revelam a necessidade de voto facultativo. É o caso de **Marilda Silveira**, professora da pós-graduação em Direito Eleitoral do Instituto



Brasiliense de Direito Público (IDP). Para ela, o voto obrigatório cumpre um papel relevante no estímulo à participação:

"Em um país tão desigual quanto o Brasil, o voto facultativo tende a elevar o poder daqueles que compreendem a importância da representação política. Em suma: justamente aqueles que não compreendem a importância do seu voto seriam ainda mais relegados à condição de quem anda a reboque caso assegurado o direito de não participar", pontua. A obrigatoriedade seria, portanto, um "impulsionador de reequilíbrio".

Maristela Basso, professora de Direito Internacional e Comparado da USP, entende que as abstenções demonstram, na verdade, um processo de alienação eleitoral: "O povo chega a um grau tão grande de desencanto e desesperança relativamente aos políticos que abre mão do direito mais importante de um regime democrático: o voto. Isto é, renuncia à prerrogativa de interferir com sua capacidade eleitoral no futuro da nação".

Outros países

Se o Brasil atingiu recorde de abstenções neste ano, as eleições mais repercutidas no mundo tiveram número histórico de eleitores presentes, ainda que pelo correio. Em novembro, [quase 160 milhões de pessoas](#) (66,7% dos eleitores registrados) votaram no pleito dos Estados Unidos, onde o voto é facultativo e 21% da população não se registra.

A grande maioria dos países democráticos pelo mundo adota o voto facultativo. Além do Brasil, algumas das exceções também estão na América do Sul. É o caso da Argentina, que teve pouco mais de 23% de abstenção nas suas eleições primárias do ano passado. Já no Uruguai, o voto não é obrigatório nas primárias, apenas no pleito decisivo. Com isso, [a abstenção na etapa facultativa bateu 60% em 2019](#). Paraguai, Bolívia e Equador também adotam o sistema compulsório.

O Chile eliminou a obrigatoriedade do voto em 2011. Logo na primeira vez que o país teve um segundo turno no sistema facultativo, [59% das pessoas preferiram ficar em casa](#). Nas últimas eleições, em 2017, a participação não ultrapassou os 50%.